

A Filantropia e as Entidades de Terceiro Setor na Contemporaneidade: Uma tentativa de compreensão através da psicanálise

Ana Paula Soares Ferreira Melazo – Universidade Federal de Uberlândia

João Luiz Leitão Paravidini – Universidade Federal de Uberlândia

apsfmelazo@yahoo.com.br

paravidini@ufu.br

Na ocasião do nascimento da psicanálise Freud preocupou-se com aquilo que era observado por ele na sociedade europeia do final do século XIX. Tratava-se de uma sociedade burguesa regulada pela moral religiosa, e por uma moral que comprimia os indivíduos. Foi este o berço da teoria psicanalítica de Freud, e nele vieram todas as ressonâncias daquele período histórico, com sua ciência, sua filosofia e seus modos de vida. Na atualidade, da mesma forma, os dados culturais e históricos são fundamentais para que se possa compreender o homem através da psicanálise, e não se pode entender qualquer fenômeno humano de maneira desvinculada do campo social (ENRIQUEZ, 2005).

Será então necessário que consideremos o contexto da sociedade contemporânea, já que foi nela que as entidades não lucrativas nasceram e encontraram solo fértil para reproduzirem-se aceleradamente. Discutiremos, assim, sobre a filantropia e suas dinâmicas de funcionamento, esclarecendo que a idéia do trabalho vincula-se à filantropia enquanto uma lógica discursiva presente nos movimentos contemporâneos de auxílio ao excluído através das entidades não lucrativas.

1. A Contemporaneidade e a Subjetivação

De acordo com Peixoto Jr. (2003) vivemos hoje um tipo diferente de sociedade daquele vivido por Freud. Este autor considera que na atualidade o sintoma predominante é não mais a neurose e o campo do sexual, tal como na modernidade, mas diz respeito ao laço social. Assim, abre espaço para um entendimento que leve em consideração a interação do sujeito psíquico com o meio que o circunda, que é pleno de normas, valores e contingências sociais, políticas e culturais.

No que se refere à questão da norma e das leis, Birman (2005) parte do pressuposto de que existe um contraponto entre o funcionamento da justiça e a universalidade da lei. Segundo ele, há um correlato entre a economia pulsional (que regula a ordem representacional e significativa do indivíduo) e a economia política, que regula o espaço social. As economias pulsional e política articulam-se densamente a partir da circulação de bens e valores no espaço social, e são as formas de existência das normas e dos dispositivos de poder no espaço social que agenciam as formas de ser da subjetividade.

A partir desta perspectiva e retomando a idéia de Freud (1930), em “Mal estar na Civilização”, de que a humanidade desenvolveu a sociabilidade abrindo mão de suas demandas individuais, Birman (2005) traz a idéia de oscilação entre os pólos narcísico e alteritário vinculada às formas como o poder social permite ou não satisfazer as demandas pulsionais. Ou seja, o sujeito pode transitar entre posições narcisistas ou socialistas a partir do que lhe é demandado pela economia política atual pelo fluxo de bens e valores no espaço social. Assim, podemos entender que a ação filantrópica pode estar neste campo de oscilação, de maneira que tenda para o pólo alteritário, já que direciona os seus esforços para o auxílio àquele que sofre.

Mas no nosso contexto sócio-cultural, o que se fala sobre a subjetivação é que esta passa a caracterizar-se pelo hedonismo, pelo imperativo do gozo associado ao dever de ser feliz. Esta idéia é desenvolvida por Fortes (2004), de maneira a descrever o triunfo do individualismo em comunhão com o consumo e com a demanda incessante de prazer. Assim, entende-se que a alteridade provoca desconforto ao indivíduo, uma vez que provoca estranhamentos à estabilidade narcísica do eu, e hoje, com efeito, aquele que não consegue ser feliz é visto como um fraco. O que os sujeitos passam a buscar é a felicidade através do consumo de produtos que lhes possam oferecer esta garantia. Tal como Birman (2005) afirma sobre a dualidade da economia pulsional, oscilante entre os pólos, Fortes (2004) também localiza os pólos hedonista e alteritário neste mesmo campo, considerando que o primeiro ocorre quando se estabelece uma relação predatória do outro, e o segundo é aquele que propicia o aparecimento do desejo. Segundo a mesma autora, é esta redução da alteridade que ajuda a explicar a fragilidade dos laços sociais na contemporaneidade.

Sob esta ótica Birman (2005) retoma de Freud a questão do desamparo, refletindo que este é instaurado no fundamento do sujeito e é o que estabelece o mal-estar na modernidade. De tal forma, o indivíduo necessita construir circuitos pulsionais para dar conta das exigências que lhe são impostas diante da pressão constante das forças da pulsão em diferentes direções, bem como criar derivações simbólicas para esses excessos.

Podemos dizer que têm sido estas as teorizações sobre o que se tem vivido, de forma generalizada, nas subjetividades contemporâneas. Contudo, os discursos presentes nas entidades não lucrativas da atualidade trazem outros pressupostos, baseados sempre na alteridade e na solidariedade. A psicanálise nos servirá então como recurso teórico para pensarmos sob outro viés estas questões que surgem inevitavelmente neste contexto em que há um discurso que pauta as ações solidárias, mas ao mesmo tempo deixa em alguns momentos transparecer as marcas da auto-realização narcísica.

2. A Cultura do Narcisismo e o Movimento solidário

No que se refere à cultura do narcisismo, Birman (2006) entende que a constituição da modernidade representou o autocentramento do sujeito no eu e na consciência, segundo a fundamentação oferecida pela filosofia de Descartes. Neste sentido, a individualidade é central e define o ideário de modernidade que é antropológico e antropocêntrico, já que é o homem a medida de todas as coisas. Trata-se de uma modernidade construída em bases narcísicas.

Apesar de este movimento ter-se inaugurado na modernidade, na tradição ocidental do século XVII, vemos hoje, segundo Birman (2005), formas inéditas de autocentramento nas quais há uma marca exibicionista, as trocas inter-humanas inexistem, e a alteridade tende ao apagamento na economia dos sujeitos.

Em paralelo a este processo de subjetivação autocentrado, o notável crescimento do terceiro setor pode ser observado tanto com relação à quantidade de entidades não lucrativas como no que se refere aos dispositivos técnicos, profissionais e tecnológicos desenvolvidos para o aprimoramento dos serviços prestados às comunidades - mecanismos específicos de gestão, comunicação, captação de recursos, elaboração de projetos, mensuração e avaliação de resultados. Os resultados servem de guia para a justificação das atividades realizadas em prol das comunidades, e têm de ser cada vez melhor apurados, pois as tecnologias nessa área tornam-se cada vez mais precisas e especializadas.

O que fica implícito no confronto entre o que se teoriza hoje na Psicanálise e o que se observa na realidade, é que nunca se falou tanto em solidariedade, mesmo que em meio a um vazio entre os sujeitos e a uma ausência de laços sociais. Perante o declínio da alteridade nas

formas de subjetivação contemporâneas, a exacerbação do discurso solidário parece indicar um sintoma social do que vivemos no campo da subjetividade. Neste, nos valem sempre do uso do outro para a satisfação pulsional, e a manutenção desta lógica discursiva pode então vir a funcionar como um velamento do que há de verdade em nós, como uma das possíveis formas de regulação do gozo.

Podemos entender, diante destas contradições, que idéias altruístas podem acabar por serem engolidas por normatizações, ritos e procedimentos que rompem com o caráter revolucionário de sua intenção, e passam a servir como perpetuadoras das diferenças sociais e da exclusão. Peixoto Jr. (2003) traz Foucault para entender melhor estas relações de poder existentes na sociedade, de maneira que estas promovem uma “normalização” das individualidades, criando um padrão desejável de existência. Assim, as subjetividades ficam assujeitadas e identificadas com valores inculcados pelas técnicas de poder. Estas últimas acabam por utilizar os próprios sujeitos como agentes para disseminarem a normalização e a disciplinarização, já que estes encontram-se involuntariamente investidos na defesa dos padrões do assujeitamento em questão. Trata-se de uma sociedade do controle, diferente das sociedades disciplinares da modernidade. Nesta, o controle opera por meio de trocas constantes e flutuantes, em todos os planos da cultura. Deste modo, não poderíamos entender o nascimento e desenvolvimento das entidades de terceiro setor fora deste contexto, em que o assujeitamento opera por meios invisíveis, contando com o auxílio dos próprios semelhantes.

Ainda segundo Peixoto Jr. (2003), se na sociedade disciplinar havia modalidades de resistência, na sociedade do controle elas somente podem ocorrer se as minorias conseguirem alternativas para retomarem a palavra. Este tipo de resistência promoveria novos processos de subjetivação, que romperiam com a fantasia totalitária que sustenta os sintomas sociais dominantes na atualidade. Trariam, assim, a formação de novas dimensões, capazes de oferecer resistência ao controle (PEIXOTO JR., 2003). Sobre estas fantasias totalitárias é que precisamos discorrer um pouco mais, para entendermos o que há de intrínseco neste assujeitamento que impede a resistência. Para compreendermos os mecanismos que subjazem a subjetividade contemporânea e que fazem permanecer a lógica discursiva da filantropia aos moldes atuais, discorreremos agora sobre o que faz manter tais fantasias totalitárias.

3. O Desamparo, as Soberanias e as Formas de Subjetivação

O paradoxo ao qual está submetido o homem já era percebido por Freud em suas obras de 1927 e 1930. Em *Mal Estar na Civilização* (FREUD, 1930), ele descreve a incompatibilidade entre a pulsão e o estabelecimento de laços sociais e discorre sobre a necessidade do homem de abrir mão de sua individualidade para relacionar-se com o mundo externo ao ego, com o intuito de se proteger. Mas essa movimentação implicaria um prejuízo da satisfação individual, e que o sujeito precisaria despende esforços para gerir o desamparo proveniente desse conflito.

No texto *O Futuro de Uma Ilusão*, Freud (1927) descreve que há algo certo para a humanidade: a dor do desamparo. O texto traz consigo a idéia de que o homem está sozinho no mundo, sofrendo diante da dura realidade que é estar destinado à morte e às mazelas da vida, sem proteção que lhe faça escapar deste triste destino. E, para amenizar esta dor, Freud supôs que os homens lançam mão de recursos emocionais que os defendem desse contato doloroso com a realidade psíquica. Assim, criamos a religião e a ciência como forma de apaziguar em nós a idéia do desamparo, e de termos algo no qual nos possamos apoiar e buscar esperança.

O desamparo seria também, segundo Birman (2006), além de um sintoma produzido na modernidade, uma fonte permanente de criação de perturbações psíquicas, já que a dor que ele embute aos sujeitos contraria os preceitos modernos de que o homem poderia obter o controle e o

poder sobre o mundo, dominando-o. Neste contexto a figura do pai sofreu grandes agressões, e caiu em grande descrédito. Assim, o desamparo do sujeito na modernidade não seria apenas em decorrência da morte de Deus e de seu reconhecimento, mas também da descrença na proposta de um mundo em fixidez para o enfrentamento da dura realidade de um mundo em plena transformação. E para a fuga deste desamparo, o sujeito lança mão de construções subjetivas que visam evitar a dor assim produzida. O masoquismo, a violência e as diversas formas de servidão e despossessão subjetiva seriam maneiras de tentar dominar o desamparo, mesmo que gerem um preço alto a pagar.

Pensando na questão da lógica discursiva filantrópica, e entendemos que os filantropos mobilizam-se perante o sofrimento alheio e buscam alternativas para minimizá-lo. Mas estamos falando também de uma sociedade que se vem isolando das relações e das possibilidades de se angustiar. Como poderíamos, então, entender a oferta solidária ao outro, realizada pela filantropia, hoje tão em voga? Lanço mão de uma hipótese: poderia ser hoje a filantropia o “Prozac” social, trazendo a nós a ilusão de que os problemas sociais podem ser resolvidos, e de que o mal-estar pode ceder espaço à harmonia? Seguindo as idéias de Freud citadas acima, a criação da religião deu-se a partir deste mesmo princípio: o de minimizar o desamparo perante a mazela humana.

A nossa sociedade caótica, os problemas sociais que ela carrega e a sua falta de perspectiva de melhorias parece mobilizarem angústia em todos nós, pois estas condições nos lembram da nossa fragilidade diante de um sistema que nos esmaga. Frente a isso, parece que a humanidade tende a isolar-se, de forma que uma parcela dela tenta não pensar nas questões sociais da contemporaneidade, mas uma outra parcela vem se mostrando preocupada e querendo eliminar estes problemas, ou, ao menos, reduzi-los através da filantropia, mesmo sabendo da impossibilidade de solução. Não seria este um mecanismo apaziguador da angústia frente a esta realidade dolorida? Minimizando o sofrimento do outro, talvez o sujeito encontre uma forma de anestesiar-se da angústia diante da própria fragilidade. Pode ser que a filantropia traga a ilusão de que se pode fazer algo, de que o sujeito não está à mercê de forças maiores que ele mesmo, e assim, apaziguar a sua dor. Neste sentido, o foco principal da ação filantrópica seria o próprio eu, através da fuga da dor.

No que se refere à mobilização de alguns indivíduos por outros, Birman (2006) retoma o texto de Freud *Totem e Tabu* para trazer à discussão o mito fundador da modernidade, no qual um pai tirânico é morto pelos filhos em função de seu poder e gozo pleno contra o qual esses últimos se rebelaram. A partir do parricídio constituiu-se uma associação fraterna de cidadãos, que hoje chamamos de sociedade, na qual a liberdade, a igualdade e a fraternidade seriam conceitos fundamentais. E neste aspecto, o Estado republicano e a democracia representativa seriam as formações políticas que consubstanciariam a comunidade de irmãos. A partir desta idéia de fraternidade, o sujeito depara-se com a necessidade de se haver com o próprio gozo, mas ter que reconhecer também o gozo do outro. Assim, produz-se a angústia neste campo de perplexidade diante da inexistência de fronteiras reconhecidas por todos como legítimas e seguras.

A partilha do gozo, na qual o sujeito abre mão do seu próprio somente na condição de que o outro também o faça na mesma medida, foi discutida por Freud no contexto da Revolução Russa, que colocava como imperativo social a partilha igualitária. Neste contexto, Freud acreditava ser impossível esta partilha entre o gozo próprio e o gozo do outro. Como a Revolução Russa poderia partilhar a propriedade se esta partilha remetia a partilha entre o gozo próprio e o gozo do outro? E como poderíamos confiar no Estado enquanto gerenciador deste gozo, sem temer que em algum momento ele pudesse ser parcial e pender para um dos pólos neste confronto mortal entre os gozos? A necessidade seria sempre de garantia do gozo próprio.

Assim, na ausência de um legislador único e imparcial, esta distribuição igualitária dos gozos não foi possível na modernidade, e a desigualdade se manteve. Com isso, o narcisismo foi incrementado, pois cada um passou a buscar a garantia do gozo próprio, até mesmo à custa da extorsão do gozo dos outros. Houve também uma disseminação da violência, e a crueldade e a destruição ganharam corpo e espaço na subjetividade, sendo legitimadas pelo gozo sem limites.

As políticas neoliberais, em que o Estado é descentralizado, provocaram profundas reações, fazendo com que a miséria e a desigualdade aumentassem. Assim, o desamparo atingiu níveis altíssimos diante da ausência do Estado e do genocídio de suas políticas econômicas voltadas para o capital financeiro internacional. Estas são formulações políticas que não possibilitam canalizar simbolicamente a busca pelo gozo próprio nas populações. Assim, o desamparo convertido em desolação e masoquismo levou os sujeitos a buscarem o que os salve e ofereça segurança, o que se reafirma no recente crescimento da religiosidade no nosso país. Pode ser que o crescimento do discurso filantrópico também se relacione com esta necessidade de auto-proteção.

A condição de desamparo conduziu o sujeito a um impasse: ou ele precisa do outro como um igual para lidar com o mal-estar produzido pelo descentramento e pelo desamparo, ou ele acredita na sua divinização e na sua auto-suficiência. A sociedade fraterna seria sempre marcada pelo retorno do imaginário da auto-suficiência, que levaria a um mal-estar insistente. Este seria produzido por todos aqueles que não suportam a precariedade de sua dependência enquanto humano. Quanto mais desamparado sente-se o sujeito, mais ele se defende disso, pretendendo ser superior aos demais.

Dentro desta idéia, Birman (2006) fala do masoquismo, condição na qual o sujeito oferece o seu corpo e a sua mente para o domínio do outro, para que faça deles o que quiser, desde que lhe ofereça a proteção para o seu desamparo. Este autor menciona que a escolha de sujeitos ou instituições supostamente poderosas, capazes de proteger o sujeito em suas relações sociais é capaz de produzir e reproduzir formas de servidão, dentro da lógica do masoquismo. Por outro lado, há aquele que é colocado como detentor do poder. E como decorrência disso,

A violência se revela em sua modalidade originária de existência, pela qual a figura onipotente do protetor violenta e goza com a fragilidade do outro, alimentando-se disso e engrandecendo a sua imagem narcísica. Essas figuras e instituições podem ainda agenciar outras formas de violência a partir desse patamar de base. (BIRMAN, 2006, p.52)

No contexto do discurso presente na filantropia, esta idéia descrita por Birman (2006) pode oferecer alguma compreensão, já que é pela onipotência de dar conta das mazelas do outro que ela pode se efetivar. Neste nível, percebemos que o mal estar na atualidade pode assumir uma direção perversa. Esta seria a forma de se recusar à posição de desamparo, que em sua dimensão traumática imprime dor aos sujeitos. A perversão seria uma saída quando os sujeitos ficam impossibilitados de criar saídas eróticas e sublimatórias para o desamparo. Neste sentido podemos pensar que, a partir das idéias de Birman, a lógica do discurso filantrópico tem possibilidade de estar enredada na formação de laços perversos que alimentam narcisicamente e protegem do desamparo através do uso do outro para o benefício próprio, diante da fragilidade e insuficiência humana. Isto caso não seja possível articular as ações no campo do outro, de maneira a simbolizar o que há de precário em si mesmo, e estabelecer laços fraternos onde o outro não está posicionado como objeto para o próprio gozo e saber, mas constitui-se como sujeito.

4. A questão da Filantropia

Desenvolvemos até aqui as idéias colocadas por Freud (1927 e 1930), de que o homem vive em desamparo, e por consequência disso promove a criação de ilusões tranqüilizadoras. A partir da discussão sobre o isolamento dos indivíduos diante do contato com o sofrimento, podemos pensar aqui nas formas como uma lógica discursiva pode sustentar ações filantrópicas no momento contemporâneo, pautado pelo narcisismo e pelo individualismo. A ausência de soberania e o desamparo parecem promover no humano uma necessidade de fuga do traumático, de maneira que faça com que ele sempre busque auto-proteção, usando para tanto o outro como objeto de gozo. Esta movimentação psíquica dá-se sempre através de polimentos discursivos, que no caso da filantropia, vincula-se à lógica da solidariedade.

Especificamente sobre a teorização de Birman, podemos dizer que a relação igualitária entre os sujeitos seria possível se submetida à soberania de um líder superior. Esta realidade não pode ser possível na contemporaneidade, já que não possuímos mais as referências de Deus, do pai e do Estado como regulador do gozo. Com o neoliberalismo e a globalização contemporâneos, estas referências se perderam, e Birman (2006) elege o conceito de masoquismo como presente em todas as estruturas, de maneira que, de uma forma ou de outra, os sujeitos sempre busquem um novo senhor a quem servir como forma de fugir ao seu desamparo. Sob este aspecto poderemos remeter a lógica discursiva filantrópica a estes processos contemporâneos de subjetivação, já que falamos de uma situação em que há um “terceiro setor” que vem para substituir o Estado no momento em que este já não mais consegue sustentar-se enquanto soberano. De acordo com a lógica do masoquismo trazida pelo mesmo autor este suplente do Estado traria, tal como um senhor, um saber e um fazer que poderiam solucionar as mazelas existentes no campo social, sendo que os seus usuários se colocariam servilmente a seu dispor.

Podemos buscamos vincular o atual contexto sócio-cultural ao campo da subjetividade contemporânea e suas teorizações em psicanálise, mas não cabe ao psicanalista questionar-se se deve ou não haver programas sociais de ordem filantrópica, ou entrar no mérito de suas ações. O que se propõe é que possamos pensar nas formas de subjetivação contemporâneas e considerá-las ao olharmos para a realidade que se constrói à nossa volta. Isto para que não sejamos também engolidos pelo desamparo constitutivo (mesmo sendo atravessados por eles), e fiquemos incapacitados para pensar no que se passa em nossa cultura.

O que Birman (2006) propõe como saída para os impasses do masoquismo e da servidão é uma posição feminina, entendendo-a como uma característica particular do cuidado com o outro, da fraternidade, enquanto o masculino estaria cego a este tipo de experiência. A idéia é que o laço fraternal seria uma forma fundamental de existência, embora esta parece sempre encontrar a possibilidade de existência nos fracos e excluídos, pois esta fraternidade seria a marca da precariedade e da ausência de poder. Neste sentido, Birman (2006) faz uma primeira colocação de que só é possível haver fraternidade quando o sujeito consegue reconhecer-se como alguém que não é auto-suficiente. Para chegar à fraternidade, seria exigido um trabalho de esvaziamento desta pretensão, em que se verificaria a precariedade do sujeito e a sua demanda pelo outro. Trata-se de um difícil desafio subjetivo.

REFERÊNCIAS:

BIRMAN, J. Mal-estar na Atualidade: a Psicanálise e as novas formas de subjetivação. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.13-300.

BIRMAN, J. **Arquivos do Mal-estar e da Resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 9-408.

ENRIQUEZ, E. Psicanálise e Ciências Sociais. **Ágora**, v. III. N.2, p.153-174, 2005.

FORTES, I. O Sofrimento na Cultura Atual: Hedonismo versus alteridade. In: PEIXOTO JR, C. A. (Org.). **Formas de Subjetivação**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 69-94.

FREUD, S. Totem e Tabu. In: **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1913.

_____. O Futuro de Uma Ilusão. In: **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1927.

_____. (1930). Mal Estar na Civilização. In: **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1930.

PEIXOTO JR, C. A. Uma Breve Leitura do Sintoma Social Dominante na Atualidade. In: MÁRCIA A. (Org.). **Soberanias**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.